

DE PERIFERIA A TERRITÓRIO POPULAR: O SANEAMENTO E A QUESTÃO SOCIAL EM BAIRRO DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR/BA

Nilton Magalhães Santos

Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento

Social; Universidade Católica de Salvador

niltonblue@ig.com.br

Aparecida Netto Teixeira

Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento

Social; Universidade Católica de Salvador

cida.netto@hotmail.com

Introdução

O surgimento do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA está relacionado, de um modo geral, ao processo de expansão econômica e industrialização iniciado na Bahia no século XIX, tendo como protagonista o trecho ferroviário Calçada-Paripe - ligando Salvador/BA ao Recôncavo Baiano (Fonseca et. al, 1992).

Nas décadas de 1960 e 1970, com a consolidação do padrão industrial-metropolitano na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a partir da implantação das refinarias de petróleo e da instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) no município de Simões Filho (RMS), intensifica-se o processo de atração de população, com a migração de pessoas para o Subúrbio, principalmente oriundas do interior, na busca por emprego formal. Essa situação foi ainda mais favorecida a partir da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, e da Avenida Suburbana, articulada à BR 324.

A partir daí tem-se a consolidação dessa área relacionada ao processo histórico de expansão centro-periferia, em decorrência do crescimento populacional da cidade, e da pressão para ocupação de áreas periféricas, inclusive, às margens do rio, com fins habitacionais. Nas décadas subseqüentes, o processo de ocupação da região do Subúrbio vai ser caracterizado, principalmente pelas ocupações informais, que passam a ocorrer em áreas de propriedade pública, bem como em grandes glebas (Gordilho-Souza, 2004).

Nesse contexto, a região do Subúrbio Ferroviário, conforme aponta Pereira e Carvalho (2008, p. 86), resultou em uma das áreas mais carentes da cidade, “concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência [...]”. Abriga atualmente um contingente populacional de 323.171 habitantes (IBGE, 2010), sendo integrado por 22 bairros, dos quais destaca-se o bairro de Periperi, objeto de estudo, com população de 83.886 habitantes (Censo 2010), dispondo dos setores de comércio e serviço bem diversificados (Figuras 1 e 2).

O bairro de Periperi apresenta sérios problemas de saneamento, principalmente em relação à drenagem urbana, tomando-se o Rio Paraguari como elemento estruturante desse território, resultando em enchentes e alagamentos, principalmente em períodos de chuva. Esse problema tem desdobramentos significativos na saúde pública, considerando-se os elevados índices de doenças infectocontagiosas no bairro, principalmente a leptospirose.

O objetivo do presente artigo é, pois analisar a implementação das políticas públicas de saneamento relativas à drenagem urbana no Subúrbio Ferroviário, e em particular no bairro de Periperi, como parte importante das questões sócio-ambientais.

A metodologia utilizada constou de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo. No primeiro caso refere-se ao levantamento dos investimentos públicos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA, no período de 1989 a 2013, nas respectivas gestões municipais, relativamente às obras de macrodrenagem e pavimentação. Quanto à pesquisa qualitativa, esta abrangeu a análise acerca do processo de participação social na implantação das obras de drenagem (décadas de 1980 e 1990), e, recentemente, na formalização das atuais demandas no Plano Municipal de Saneamento Básico de Salvador/BA (2011).

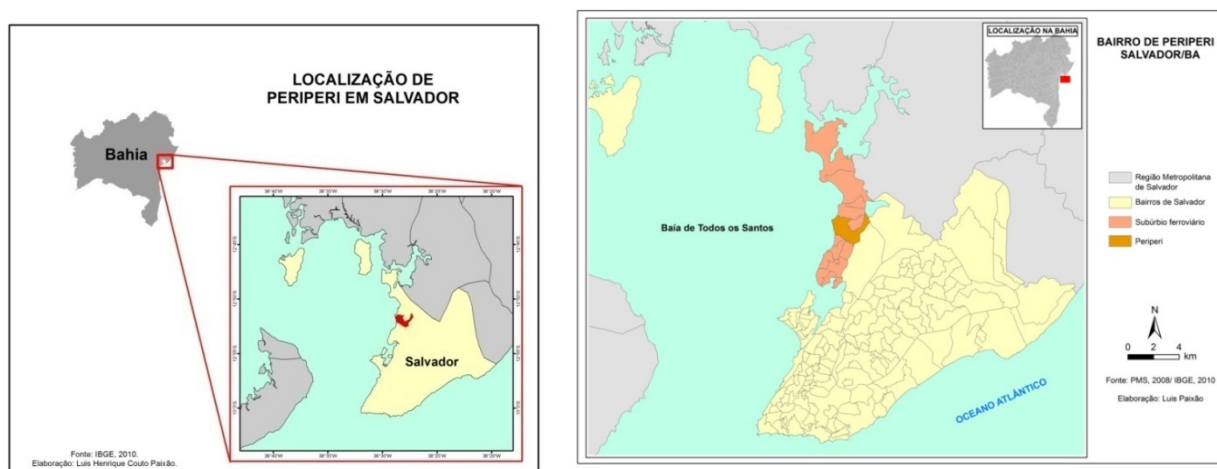
O artigo está estruturado em dois itens. O primeiro – tomando como referência os conceitos de periferia, território popular e saneamento, aborda a problemática do bairro de Periperi relativamente à drenagem urbana.

O segundo item trata, em primeiro lugar, da análise comparativa acerca dos investimentos públicos municipais em macrodrenagem e pavimentação realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA, nas áreas populares e aquelas mais valorizadas da cidade, no período de 1989 a 2013, abrangendo sete gestões municipais. Para o levantamento de dados foram pesquisados os relatórios técnicos das respectivas gestões municipais disponíveis na Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

Em segundo lugar, o enfoque refere-se à participação da comunidade local relativamente à demanda pela implantação do sistema de drenagem no bairro, abrangendo dois momentos principais. O primeiro refere-se à implantação da macrodrenagem do Rio Paraguari, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. O segundo momento aborda a discussão, elaboração e consolidação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Salvador/BA, a partir de 2011, que contou com a participação das lideranças do Subúrbio Ferroviário, e do bairro de Periperi.

Busca-se, pois com esse artigo contribuir para o aprofundamento da discussão acerca da implementação de políticas públicas de saneamento em áreas populares, buscando inspirar reflexões e estudos voltados para a definição de novos rumos para as intervenções públicas.

Figuras 1 e 2 – Localização de Periperi em Salvador e no Subúrbio Ferroviário - 2010



Fonte: IBGE – 2010/ PMS, 2008. Elaboração: Luis Henrique Paixão

1. De periferia a território popular: o saneamento e os problemas de drenagem urbana em Periperi (Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA)

A construção social do termo “periferia” no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, conforme expõe Tanaka (2006), está relacionado, a um tempo histórico específico, fundado

em três aspectos principais: na ideologia do Estado provedor; no paradigma do crescimento e do trabalho industrial, e na atuação dos movimentos sociais urbanos.

Nesse contexto, o conceito de periferia esteve historicamente associado à baixa renda diferencial¹ (Bonduki et. al., 1982) e ao “lugar de moradia da força de trabalho urbana, caracterizado pela mão-de-obra necessária para o crescimento da produção, e por suas carências, ressaltando as condições desiguais de acesso à infra-estrutura e serviços urbanos [...]” (Tanaka, 2006, p. 145).

A partir dos anos 1990, segundo a autora, registra-se um novo contexto sociopolítico e econômico que passou a se configurar em âmbito nacional e internacional, com repercussão direta sobre a dinâmica urbana, podendo-se destacar a substituição da ideologia do Estado do Bem-Estar pela ideologia neoliberal; a perda do paradigma do crescimento e do trabalho industrial como estruturante das relações sociais e a limitação da atuação dos movimentos sociais. Nesse cenário tem-se o esvaziamento conceitual da noção de periferia, no contexto das lutas sociais e urbanas.

Maricato (2011), em recente revisão do pensamento crítico sobre a cidade periférica, reconhece que as alterações significativas no processo de produção capitalista, nos remete a revisão e validade dos conceitos relacionados à cidade no qual se inclui o de “periferia”, resultando em novas formas de ocupação do espaço urbano/regional, citando outras formulações teóricas recentes, a exemplo da “cidade dispersa”²; da “cidade arquipélago”³; da “cidadela urbana”⁴.

Nesse sentido, a autora considera que na atualidade, para tratar do objeto da pobreza urbana, o conceito de moradia precária é mais preciso do que o de periferia urbana, abrangendo “o objeto dos baixos salários e da informalidade estrutural, mas também [...] suas contrapartes, ou seja, o universo do qual esse objeto cobra explicações: o Estado e os capitais, em especial o capital imobiliário” (Maricato, 2011, p. 105/6).

No tocante ao processo de formação do bairro de Periperi, no âmbito do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA, o mesmo pode ser associado historicamente à um espaço periférico, em decorrência da transformação da cidade para uma ordem urbano-industrial,

¹ Componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles (Bonduki et. al., 1982, 147).

² REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M. (Orgs). 2007. *Brasil: estudos sobre dispersão urbana*. São Paulo: Fapesb.

³ VELTZ, P. 1996. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF.

⁴ MARCUSE, P. 1997. The enclave, the citadel and the ghetto: what has changed in the post fordist US city. *Urban Affairs Review*, 33, 2.

associado às precárias condições de habitabilidade e à constituição de um movimento social atuante referendado pelos moradores da Bacia do Rio Paraguari.

Na atualidade, considerando-se o contexto das alterações relativamente ao esvaziamento do conceito de “periferia”, essa localidade pode e deve ser reinterpretada, não mais como uma área periférica, mas como um “território popular”, conforme definido por Soares (2006, p. 22), contemplando não apenas a questão da carência social ainda existente, mas também o conteúdo de identidade sociocultural do Subúrbio Ferroviário.

Segundo o autor “trata-se de espaço social produzido, que se constitui em face de um contexto de desigualdade social e empobrecimento urbano”. Entretanto, essa definição não está circunscrita à questão da pobreza urbana e da precariedade de serviços, mas “também ao fato de que nestes territórios o cotidiano e as práticas das pessoas são mais compartilhadas, assim como as relações de vizinhança que são mais próximas e marcadas por uma luta comum de sobrevivência”. (Soares, 2006, p. 22).

No tocante ao saneamento, em detrimento de uma abordagem restrita ao provimento da infra-estrutura necessária à reprodução do capital, adotar-se-á a sua definição, conforme exposto em Borja et. al. (2005, 14), como um direito social, ou seja, “uma meta coletiva diante de sua essencialidade à vida humana e à proteção ambiental, o que evidencia o seu caráter público e o dever do Estado na sua promoção, constituindo-se em um direito social integrante de políticas públicas e sociais”.

Sob o aspecto da drenagem urbana, vale registrar que Periperi apresenta estreita relação como Rio Paraguari, que integra e constitui-se no rio principal da Bacia de mesmo nome (Santos 2004; Santos 2010). Além disso, grande parte da área ocupada do bairro está localizada em região de baixada, tendo ficado, ao longo de muitos anos, sujeita às enchentes do rio, com problemas de esgotamento a céu aberto. (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Topografia de Periperi - 2010

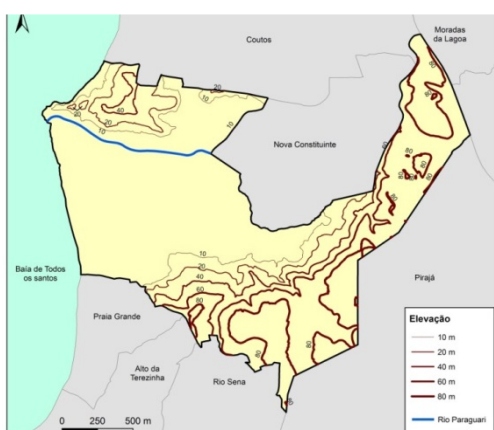
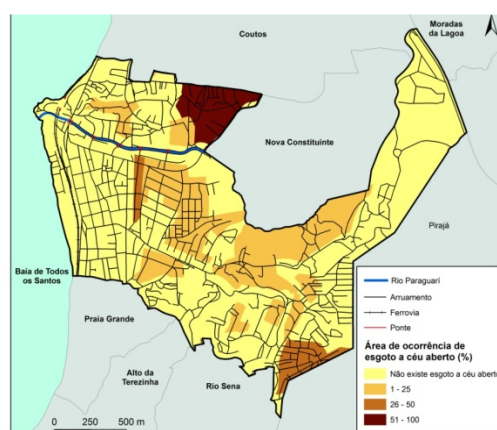


Figura 4 – Sistema viário e esgotamento sanitário - 2010



A partir da década de 1970, tem-se a ocupação desordenada de suas margens, em decorrência de um intenso processo de migração, impossibilitando a passagem das águas em direção ao mar, resultando em enchentes nos períodos de chuvas, principalmente em períodos de maré alta. Desse modo, no tocante ao saneamento, o maior problema do bairro refere-se, ao déficit em relação à rede de drenagem. (Figuras 5 e 6).

Atualmente o rio Paraguari ainda apresenta sérios problemas, sendo um deles, lançamento de dejetos, o que impossibilita o banho de mar, já que é despejado nas praias de Periperi. Tal fato decorre, principalmente, da alta densidade populacional da região do Subúrbio, com rebatimentos diretos na degradação ambiental e poluição dos rios, resultando na redução da qualidade de vida da população local.



Além da rede já se apresentar subdimensionada (já que não suporta a grande quantidade de águas pluviais, devido ao crescimento populacional), as ações da Prefeitura ficam muito aquém para atender a essa grande demanda. Um dos principais problemas decorrentes refere-se ao crescente índice de óbitos por leptospirose. Segundo dados da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), no período de janeiro de 2012 a julho de 2014, foram registradas 13 vítimas fatais no Subúrbio Ferroviário, dos quais, 6 (seis) em Periperi, 7 (sete) em Plataforma.

2. A drenagem urbana e a questão social em Periperi

2.1. *A atuação do poder público municipal na implantação dos projetos de drenagem na cidade do Salvador - 1989/2012*

Nesse item são analisadas as obras implementadas em sete gestões municipais, abrangendo cinco prefeitos: Fernando José (1989-1992); Lídice da Mata (1993-1996); Antonio Imbassaí (1997/2000; 2001/2004); João Henrique Carneiro (2005/2008; 2009/2012) e Antônio Carlos Magalhães Neto (2013/2016). Trata-se de identificar, por gestão municipal, as prioridades políticas relativamente às intervenções em drenagem urbana realizadas pela administração pública municipal.

2.1.1. *A gestão municipal de Fernando José (1989-1992)*

Nessa gestão teve início a obra de macrodrenagem do Rio Paraguari, em Periperi, tendo representado a principal bandeira eleitoral do então candidato radialista Fernando José, contribuindo para que o mesmo conseguisse se eleger prefeito da cidade do Salvador, nas eleições de 1988. A obra foi realizada com recursos da Caixa Econômica Federal, sendo orçada em 6,5 bilhões de cruzeiros, em 1991, correspondendo a R\$ 116.399.821,38 em valores atuais, corrigido pelo INPC. Deve-se registrar que desse total, apenas 20% do total dos recursos foram investidos nessa gestão, totalizando aproximadamente R\$ 20 milhões. (Tabela 1).

A primeira etapa da obra abrangeu a limpeza do canal principal e secundário e a construção de 63 casas na margem direita do Rio Paraguari para abrigar a população que se encontrava em área de risco. Além disso, foram construídas redes de esgoto e a pavimentação asfáltica de algumas ruas.

Tabela 1 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação Salvador/BA – 1989/1992

| Principais Intervenções | Investimento (Cr\$) | Valor em 30/08/2013 (R\$) |
|-------------------------|---------------------|---------------------------|
|-------------------------|---------------------|---------------------------|

| | | |
|---------------------------------------|------------------|---------------|
| 1ª Etapa de Drenagem do Rio Paraguari | 1.300.000.000,00 | 19.831.186,32 |
|---------------------------------------|------------------|---------------|

Obs.: Valores atualizados pelo INPC.

2.1.2. A gestão municipal de Lidice da Mata (1993-1996)

A Prefeita Lidice da Mata (1993-1996) encontrou uma cidade com sérios problemas administrativos e políticos. Para dar prosseguimento às ações administrativas foi necessário que a Prefeitura realizasse obras em parceria com a comunidade, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, (atualmente Secretaria de Infraestrutura e Defesa Civil – SINDEC), principalmente nas áreas mais carentes. Nesse sentido, com a participação dos moradores com doação de materiais de construção para o serviço de drenagem - foi possível baixar o custo da obra de drenagem do rio em torno de US\$ 1 milhão, do orçamento total de US\$ 10 milhões.

Além da obra de dragagem e revestimento interno do canal, foi realizado a pavimentação das ruas que margeiam o canal; a realocação de 200 famílias que viviam em palafitas, para casas construídas próximas ao canal; a construção de duas travessias que possibilitaram a passagem do canal por baixo da Avenida Suburbana e da linha férrea. (PRONTAS mais 18 casas no canal do Paraguari, Jornal A Tarde, 1993). Foram ainda construídas duas pontes para veículos, duas passarelas e 150 casas destinadas às famílias remanejadas. A obra foi inaugurada em 1996.



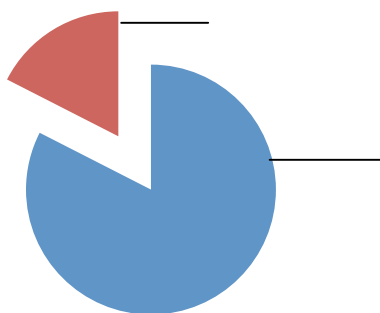
Vale registrar que apesar de todos esses investimentos a obra de macrodrenagem do Rio Paraguari representou apenas 18% dos recursos aplicados nessa gestão municipal, sendo 82% dos recursos aplicado em outras áreas populares de Salvador (Pirajá e Saramandaia) (Tabela 2 e Gráfico 1).

Tabela 2 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação – Salvador/BA -1993-1996

| Principais Intervenções | Valor (R\$) (*) | (%) |
|----------------------------------|-----------------|------|
| Piraja / Saramandaia | 108.518.600,00 | 82 |
| Paraguari (Suburbio Ferroviário) | 23.000.000,00 | 0,18 |
| Total | 131.518.600,00 | 100 |

Fonte: SALVADOR (1996). (*) Valores atualizados pelo dólar (US\$).

Gráfico 1 - Principais intervenções em drenagem - Salvador/BA - 1993-1996



Fonte: SALVADOR (1996).

Em suma, a gestão de Lídice da Mata reservou para as obras do Subúrbio o percentual de 18%, sendo que deu continuidade às obras do Rio Paraguari, aplicando os recursos que já haviam sido autorizados na gestão de Fernando José.

2.1.3. As gestões municipais de Antonio Imbassai (1997/2000; 2001/2004)

Nessa gestão foram realizadas obras relacionadas à macrodrenagem do Subúrbio Ferroviário, compreendendo áreas críticas, como a Baixa do Fiscal, Canal da Suburbana,

Canal de Paripe, representando, entretanto, apenas 4,1% dos investimentos realizados (Tabela 3). Nesse período foram também concluídas a ligação viária entre Pirajá e a Avenida Suburbana, ao custo de R\$ 900 mil. Além disso, foram realizados investimentos em rede de drenagem em Cajazeiras; em Plataforma e em São Caetano, representando 3,56% dos investimentos realizados (Tabela 3). Registra-se ainda a ampliação do serviço de drenagem na rua Frederico Costa.

Nessa gestão, as obras realizadas em outras áreas da cidade totalizaram 92% dos investimentos realizados em drenagem, pavimentação e urbanização de vias. São elas:

- conclusão da primeira fase da reurbanização da Av. Manoel Dias da Silva, principal via do bairro da Pituba - e áreas adjacentes, em 1998;
- construção de 6 galerias subterrâneas para condução das águas pluviais para o mar;
- conclusão dos serviços de urbanização e pavimentação da Av. Bonôco e da 2ª etapa de ligação Paralela/Bonocô, com custo estimado de R\$ 5,5 milhões;
- pavimentação e urbanização da Avenida Vasco da Gama, com correção de traçado;
- construção de calçadas, recuperação do sistema de drenagem, com 900 metros de extensão.

Em suma, tem-se que nessa gestão municipal foram privilegiadas as intervenções em drenagem/pavimentação nas áreas mais valorizadas da cidade, totalizando 92,25%, em detrimento das intervenções nas áreas periféricas, incluindo o Subúrbio Ferroviário, totalizando 7,75%, conforme demonstrado no Gráfico 2.

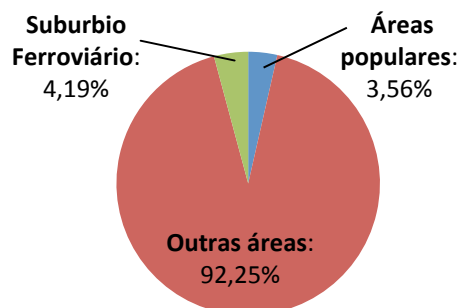
Tabela 3 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação– Salvador/BA (1997 – 2004)

| Principais intervenções | Investimento (r\$) | Atualização | Valor em 30/08/2013 (r\$)* | % |
|--|---------------------|-------------|----------------------------|--------------|
| Cajazeiras – drenagem | 360.000,00 | 2,774651974 | 998.874,71 | 1,21 |
| São Caetano | 700.000,00 | 2,774651974 | 1.942.256,38 | 2,35 |
| Total – Áreas populares | 1.060.000,00 | | 2.941.131,09 | 3,56 |
| Plataforma | 350.000,00 | 2,774651974 | 971.128,19 | 1,17 |
| Baixa do fiscal e canal da av. Suburbana | 900.000,00 | 2,774651974 | 2.497.186,78 | 3,02 |
| Total - Subúrbio Ferroviário | 1.250.000,00 | | 3.468.314,97 | 4,19% |
| Rua Manoel Dias da Silva – Pituba | 5.500.000,00 | 2,774651974 | 15.260.585,86 | 18,45% |
| Rua Maranhão | 5.500.000,00 | 2,774651974 | 15.260.585,86 | 18,45% |
| Rua Fernando Stuart | 5.500.000,00 | 2,774651974 | 15.260.585,86 | 18,45% |

| | | | | |
|--|----------------------|-------------|----------------------|----------------|
| Rua Rio Grande do Sul | 5.500.000,00 | 2,774651974 | 15.260.585,86 | 18,45% |
| Avenida Bonocô | 5.500.000,00 | 2,774651974 | 15.260.585,86 | 18,45% |
| Total – Áreas valorizadas da cidade | 27.500.000,00 | | 76.302.929,29 | 92,25% |
| TOTAL GERAL | 29.810.000,00 | | 82.712.375,35 | 100,00% |

Fonte: SALVADOR (2004). (*) Valores atualizados pelo INPC.

Gráfico 2 - Principais intervenções em drenagem/pavimentação - Salvador/BA (1997-2004)



Fonte: SALVADOR (2004).

2.1.4. As gestões municipais de João Henrique Carneiro (2005/2008; 2009/2012)

Quanto aos investimentos no sistema de drenagem/pavimentação em Salvador, nessa gestão, pode-se registrar as obras na av. Vasco da Gama (via estratégica de ligação com as avenidas Garibaldi, Dique do Tororó, Federação, Vale do Canela, Chapada do Rio Vermelho e bairro do Rio Vermelho); serviços de macrodrenagem e requalificação urbana entre o viaduto do Ogunjá e o cruzamento da avenida Garibaldi; pavimentação de 1,3 mil m²; além da implantação de três galerias triplas, com custo aproximado de R\$ 56 milhões (Tabela 4).

Uma outra obra de impacto nessa gestão foi a urbanização da Avenida Centenário, com 1.990 m de pista. Registra-se ainda a obra de micro e macrodrenagem do canal do Imbui (1220 m de extensão e 2,5 m de diâmetro), com o objetivo de acabar com os alagamentos na área, cuja canalização irá atravessar as duas pistas (Avenida Paralela) desembocando no rio das Pedras (Tabela 4). Quanto as demais intervenções em drenagem/pavimentação, registra-se as obras na Rua Artur de Azevedo Machado (Costa Azul); na Av. Dorival Caymi e na Av. Ademar de Barros.

Nas áreas populares, registra-se, em Cajazeiras os serviços de esgotamento sanitário, contenções, drenagem de águas pluviais, pavimentação e limpeza de canal e a implantação de nova alternativa de acesso (cerca de 1000 m de extensão) à Cajazeiras, minimizando os constantes engarrafamentos no local. Registra-se ainda as obras na Ladeira dos Aflitos e a drenagem do Rio Tio Juca. (Tabela 4).

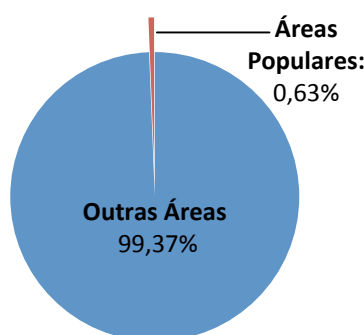
Tem-se, pois que os recursos aplicados nas obras concluídas, ou em fase de conclusão, na área formal da cidade, nessa gestão, representa 93,37% do total dos investimentos realizados em drenagem/pavimentação no período analisado. Nas áreas populares, entretanto, os investimentos representaram 0,63% do total, conforme demonstrado na Tabela 4 e no Gráfico 3.

Tabela 4 – Principais intervenções em drenagem/pavimentação – Salvador/BA(2005/2012)

| Principais intervenções | Investimento (r\$) | Atualização | Valor em 30/08/2013 | (%) |
|---|-----------------------|-------------|-----------------------|---------------|
| Drenagem - Artur de A. Machado – Costa Azul | 35.000,00 | 1,548984247 | 54.214,45 | 0,02% |
| Centenário | 28.500.000,00 | 1,548984247 | 44.146.051,05 | 19,84% |
| Drenagem - Avenida Ademar de Barros | 119.000,00 | 1,548984247 | 184.329,13 | 0,08% |
| Avenida Dorival Caymi | 80.000,00 | 1,548984247 | 123.918,74 | 0,06% |
| Imbui | 58.000.000,00 | 1,548984247 | 89.841.086,34 | 40,38% |
| Av. Vasco da gama | 56.000.000,00 | 1,548984247 | 86.743.117,84 | 38,99% |
| Total outras áreas | 142.734.000,00 | | 221.092.717,54 | 99,37% |
| Cajazeiras – drenagem | 700.000,00 | 1,548984247 | 1.084.288,97 | 0,49% |
| Drenagem Ladeira dos Aflitos | 80.000,00 | 1,548984247 | 123.918,74 | 0,06% |
| Drenagem Tio Juca | 120.000,00 | 1,548984247 | 185.878,11 | 0,08% |
| Total áreas populares | 900.000,00 | | 1.394.085,82 | 0,63% |
| Total Geral | 143.634.000,00 | | 222.486.803,36 | |

FONTE: SALVADOR (2012). Obs.: Valores atualizados pelo INPC.

Gráfico 3 - Principais intervenções em drenagem/pavimentação - Salvador/BA (2005/2012)



Fonte: SALVADOR (2012).

2.1.5. A gestão de Antonio Carlos Magalhães Neto (2013/20145)

O Prefeito ACM Neto ao assumir a gestão municipal (2013/2016), teve como uma das primeiras ações o planejamento da orla Atlântica, região turística, bem como as intervenções nas áreas de Tubarão e São Tomé de Paripe, no Subúrbio Ferroviário. O fato que chama a atenção são os valores investidos no projeto de revitalização da orla Atlântica e aqueles investidos na orla do território do Subúrbio Ferroviário (Tabela 5 e Gráfico 4), deixando claro a prioridade política de sua gestão, em prol das áreas mais valorizadas da cidade.

Tabela 5 - Principais intervenções urbanísticas na Orla de Salvador - 2014

| Principais intervenções | Investimentos | Período |
|---|--------------------------|-----------------------|
| São Tomé de Paripe (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 3,5 milhões | out. 2013 |
| Tubarão (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 5 milhões | mar. 2014 |
| Total das áreas populares | R\$ 8,5 milhões | |
| Ribeira (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 5 milhões | jul. 2012 a mar. 2014 |
| Barra (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 50 milhões | ago. 2013a mai. 2014 |
| Rio Vermelho (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 5 milhões | out. 2013a mar. 2014 |
| Armação (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 5 milhões | nov. 2013 aabr. 2014 |
| Boca do Rio (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 3,6 milhões | fev. 2013 aset. 2013 |
| Piatã (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 25 milhões | nov.2013 a mai.2014 |
| Itapuã (requalificação das calçadas e equipamentos) | R\$ 10 milhões | nov.2013 a mai. 2014 |
| Total da área da Orla Atlântica | R\$ 136,6 milhões | |

Fonte: A TARDE, 13 jun.2013

⁵ (*) Período analisado. A gestão municipal se encerra em 2016

Gráfico 4 - Principais intervenções urbanísticas na orla de Salvador– Governo ACM Neto (2013/2014*)



Fonte: Elaborado a partir dos dados constantes em A TARDE, 13 jun. 2013.

(*) Período analisado. A gestão municipal se encerra em 2016

Do total de investimentos de R\$ 145.100,000 (cento e quarenta e cinco mil e cem mil reais) 6,0% foi destinado para as intervenções na orla da Baía de Todos os Santos, e 94% para a Orla Atlântica. (Gráfico 4).

2.2. O processo de participação na definição e implementação das obras de drenagem em Periperi

2.2.1. Primeiro momento: o processo participativo na implantação da macrodrenagem do Rio Paraguari

Na década de 1980, a ação desenvolvida pelo grupo de atores sociais – constituído pela Associação de Moradores do Vale do Paraguari, pela Igreja N^a. S^a. da Conceição de Periperi e a ONG “Terre dos hommes” - foi fundamental para a condução do trabalho de organização da comunidade do Rio Paraguari. Essas instituições organizaram, mobilizaram e direcionaram o contingente de moradores para a luta reivindicatória da comunidade que tinha como objetivo principal a drenagem do Rio Paraguari (Santos et. al., 1997).

A mobilização da comunidade em prol das obras de drenagem do rio abrangeu a realização de seminários e palestras, ampliando a discussão para todo o subúrbio de Periperi. Em 1989, uma grande enchente que deixou muitas famílias desabrigadas reforçou a luta tanto

da comunidade, como da Prefeitura junto ao governo federal, para a liberação dos recursos para a drenagem do rio.

Durante a realização das obras a Associação de Moradores teve uma participação importante, principalmente quando algumas famílias se negaram a sair do local. Nesses casos a Associação teve que intervir, criando uma “espécie de coordenação paralela envolvendo todos os órgãos ligados à questão, inclusive a empreiteira”. A solução adotada pela Prefeitura foi o pagamento dos aluguéis das famílias que tiveram que deixar o local e a construção das suas respectivas casas, além de prover a indenização daquelas famílias (Santos et. al., 1997). Em 1992, findo o mandato do Prefeito Fernando José, as obras foram interrompidas, sendo concluídas no governo de Lídice da Mata (1993/1996).

Analisando a atuação da Associação de Moradores do Vale do Paraguari nesse período, Santos et. al. (1997, p 47), destacam o “aspecto em torno da legitimidade que a mesma assumiu enquanto espaço político de interlocução com as políticas públicas, bem como espaço alternativo de viabilização de demandas sociais, dada a sua função social (escola, recreação, e ações de cooperativa)”.

2.2.2. Segundo Momento: a participação da comunidade no âmbito do Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU) de Salvador/BA - 2011

O segundo momento de participação dos moradores nas questões referentes a implementação/complementação do sistema de drenagem urbana no Subúrbio Ferroviário e, particularmente em Periperi, aconteceu no âmbito da formulação do *Plano Municipal de Saneamento Básico – Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas*, tendo como requisitos legais fundamentais, a participação e o controle social, conforme estabelecido na legislação federal (Lei nº. 11.445/07, art.3º, inciso IV) e na legislação estadual (Lei nº. 11.172/08, art. 8º, inciso III).

A sistemática de participação abrangeu a realização de Oficinas, com a participação dos grupos de trabalho nas etapas do Diagnóstico e Planejamento; de Consultas Públicas, utilizando os meios e as formas de comunicação disponíveis no município, e de Audiência Pública, para apresentação e discussão formal do Plano, atendendo aos procedimentos e requisitos legais (Salvador, 2012).

As Oficinas contaram com a participação de 204 (duzentas e quatro) pessoas, nas quais destaca-se a Oficina do Subúrbio Ferroviário que registrou o maior percentual de frequência: 35,78% do total de participantes. Desse universo, identificou-se que a Oficina do Subúrbio Ferroviário contou com a participação de 11 bairros dos quais destacam-se os bairros de Fazenda Coutos e Periperi, respectivamente com 20% e 15% dos participantes.

Em relação a Periperi, os principais problemas de drenagem foram identificados no Conjunto Dom Eugênio Sales, cujas obras encontram-se atualmente em fase de licitação: os problemas relacionados aos bairros de São Tomé e Tubarão, em Paripe foram absorvidos no projeto de revitalização da orla da Baía de Todos os Santos, em fase de execução.

Algumas das proposições previstas no Plano Municipal de Saneamento, discutidas durante as oficinas realizadas pela Siga XVII (Sistema Integrado de Atendimento Regional – Sub-Prefeitura), encontram-se em andamento, podendo-se citar: a construção do sistema de drenagem da Rua São Tomé de Paripe (inserida no projeto de revitalização da orla da Bahia de Todos os Santos) e a limpeza de todos os córregos que estão com lixo e mato. Ainda com relação às obras, pode-se citar a implantação da rede de drenagem, passeio e meio fio na Rua Lustosa, bairro de Itacaranha; limpeza e cobertura do canal Aliança em Praia Grande; implantação de serviços de drenagem, passeio e meio fio na Rua Cardeal Gean no bairro da Terezinha; realização de serviços de limpeza nos canais do Paraguari e córrego em Periperi; realização de serviços de limpeza no canal São Luiz (Avenida Afrânio Peixoto).

Quanto à solução dos problemas de lançamento de esgoto nos canais localizados na Siga XVII, esta fica a critério da Embasa (Subúrbio), sendo que 70% do sistema de esgotamento sanitário já foi implantado. Com relação a implantação do sistema de drenagem no Conjunto Dom Eugênio Sales, incluído no Plano, após quatro anos, as obras encontram-se em andamento. No tocante à implantação do sistema de drenagem de águas pluviais provenientes das partes altas do Mirante de Periperi, ainda falta elaborar o projeto.

Em suma, avaliando os dois momentos, no âmbito da participação, é fundamental reconhecer o histórico de luta dos moradores do Paraguari, e o seu momento valioso, coroado com a drenagem do rio e o surgimento de novas moradias, originando uma melhor qualidade de vida para a comunidade.

Na atualidade, entretanto, apesar do processo formal realizado no âmbito da elaboração do PMDU de Salvador/BA, a comunidade do Paraguari, outrora combatente, se distanciou do seu contexto político inicial. Atualmente outros sujeitos respondem pela Associação, no entanto, sem o mesmo perfil de luta e resistência do passado.

Conforme informações de liderança da comunidade do Paraguari, em Periperi, a Associação dos Moradores do Paraguari já não existe juridicamente. Atualmente existe uma ONG denominada *Mosuf* (Movimento de Defesa da Cidadania do Subúrbio Ferroviário) composta por 14 membros, que se configura como o novo veículo de luta, impedida de se reatar como Associação em função da densa burocracia.

Além dessa Ong, foi fundada a *Cooperguari*, uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos, com a participação da comunidade do Paraguari, com uma produção de 4 a 6 toneladas de material. No início de outubro de 2013, foi constituído o *Forúm Permanente de Desenvolvimento do Subúrbio*, um espaço aberto que conta com a participação de líderes comunitários, professores, trabalhadores, donas de casas, estudantes, religiosos, mulheres, com o propósito de atrair todos que nutrem o compromisso de transformar o lugar em espaço de decisão e de confrontos, idealizados na construção de uma luta, que tem como causa principal a dignidade humana.

Considerações Finais

O estudo em questão tratou de realizar uma análise acerca da situação do saneamento em Periperi, em uma perspectiva de direito social, tendo como ênfase a drenagem urbana. Conforme demonstrado é grande a diferença relativamente aos investimentos públicos realizados nas áreas mais valorizadas da cidade, em detrimento desse território, em flagrante situação de desigualdade social.

Pode-se, pois afirmar, sob o aspecto da prioridade política, que as obras em drenagem urbana e pavimentação implementadas ao longo do período de 1989 a 2013, em Salvador, privilegiaram os bairros nobres da cidade, em detrimento das áreas populares. Esse privilegiamento vem sendo reforçado na atual gestão municipal, quando se comprova o grande volume de investimentos nas áreas da orla atlântica (revitalização e urbanização) em detrimento da orla Baía de Todos os Santos.

Diante desse contexto, resta um quadro de contrastes, reforçando a diferença que se traduz na desigualdade social entre os bairros nobres (Orla Atlântica) e populares (Orla Baía de Todos os Santos) de Salvador. Desse modo, devemos salientar a ineficiência, até então, das ações governamentais em Periperi, e a baixa aplicabilidade das políticas públicas

empreendidas até então, tanto sob o aspecto da infra-estrutura, quanto da saúde pública. Esta questão está relacionada, de modo mais amplo, por um lado, ao crescente controle da política urbana pelos negócios, transformando a cidade em um campo de extração de renda, e, por outro, ao enfraquecimento do movimento popular, incapaz de reverter essa lógica.

Retomando-se, pois a questão do Subúrbio Ferroviário, pode-se afirmar que esse bairro não se constitui em prioridade política no âmbito do poder público municipal, apesar de concentrar o maior percentual de população da cidade de Salvador (Censo, 2010).

Fazendo-se uma reflexão acerca da participação da população na resolução dos problemas de drenagem de Periperi, tem-se, em um primeiro momento, a Associação de Moradores atuou como grupo de pressão junto ao Estado, em busca de políticas sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida. As ações foram decorrentes da participação da Associação de Moradores de Paraguari, juntamente com organizações não governamentais e a Prefeitura de Salvador.

Em um segundo momento constatou-se o arrefecimento do movimento, o que pode ser explicado, de certo modo, em decorrência de problemas relativos à emprego, ou da ilusão por falsas promessas políticas. Além disso, no tocante aos recursos aplicados nas gestões municipais, conforme analisado no trabalho, a comunidade não teve conhecimento acerca da diferença entre o montante aplicado nos bairros nobres e aqueles destinados às áreas populares, com destaque para o período eleitoral recente, na atual gestão de ACM Neto, em 2013.

Nesse sentido, faz-se necessário que as comunidades dos “territórios populares”, retomem o processo de articulação junto ao Estado na busca por políticas públicas que contemplem os anseios dessas comunidades, por uma melhor qualidade de vida.

Essa questão nos remete a uma reflexão de ordem política, considerando-se que a reversão desse quadro, está diretamente relacionada com a formação de novas lideranças e novos agentes na região, de modo semelhante ao que aconteceu em um passado não tão distante, a exemplo da luta dos moradores do Vale do Paraguari. Ainda maior é a carência de uma verdadeira representação popular, para que se possa fazer um contraponto na forma de mobilização dos moradores dessa região, comunicando o distanciamento da atuação do poder local (Prefeitura de Salvador), e, assim arriscando uma desafiadora e corajosa ação com vista à perspectiva romper de com a situação de exclusão.

Registra-se, por fim, a necessidade da efetivação de uma gestão mais democrática, voltada para o cidadão; para os Joãos, Josés, Marias e Antônias. Um “Estado” mais próximo

desses cidadãos que os percebam no anonimato e na universalidade das políticas públicas, pelo viés democrático, na busca de conquistas que contemplem o indivíduo pelo seu potencial humano, cujas relações precisam ser definidas e apropriadas em direção a uma gestão vinculada a programas que sejam capazes de diminuir o grande abismo das desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. 1982. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In. MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed., São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1982, 117-154.

BRASIL. 2003. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Política Nacional de Saneamento.

BORJA, P. C. & MORAES, L. R. S. *Saneamento como um direito social*. Disponível em: <http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/35assem125.pdf>. [Consult. 10 junho 2014].

Fonseca, A. A. M & SILVA, S. B. M. 1992. A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi. *Revista Veracidade*. Secretaria Municipal de Planejamento, Salvador, 4, 67-80.

GORDILHO-SOUZA, A. 2004. *Da idealização do subúrbio à construção da periferia: estudo da expansão suburbana no século XX, em Salvador-BA*. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/963>, [Consult. 25 março 2014].

MARICATO, E. 2011. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

PEREIRA, G. C. & CARVALHO, I. M. M. de (Orgs). 2008. As “cidades de Salvador”. In. PEREIRA, G. C. & CARVALHO, I. M. M. de. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2 ed. Salvador, Edufba, 81-107.

PRONTAS mais 18 casas no canal do Paraguari. *Jornal A Tarde*. 10 mai. 1993.

SALVADOR. 1992. Fundação Mário Leal Ferreira. *Relatório Técnico: Gestão Fernando José (1989/1992)*. Salvador, FMLF.

SALVADOR. 1996. Fundação Mário Leal Ferreira. *Relatório Técnico: Gestão Lídice da Mata (1993/1996)*. Salvador, FMLF.

SALVADOR. 2004. Fundação Mário Leal Ferreira. *Relatório Técnico: Gestão Imbassay (1997/2004)*. Salvador, FMLF.

SALVADOR. 2012. Fundação Mário Leal Ferreira. **Relatório Técnico: Gestão João Henrique (2005/ 2008; 2009/2012)**. Salvador, FMLF.

SALVADOR. 2010. Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura. *Plano Municipal de Saneamento Básico*, Salvador.

SALVADOR. 2012. Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura. *Plano Municipal de Saneamento Básico*. Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais. Versão preliminar para consulta pública.

SANTOS, E. et. al. (Orgs). 2010. *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador, CIAGS/UFBA; SEMA.

SANTOS, J. M. 2004. *Análise Geoambiental através da estruturação e integração de dados, no contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Geoquímica e Meio Ambiente. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, N. M. & LOPO, P. S. 1997. *O rio e o mar: correlação de forças na consecução de um bem comum*. Salvador, FFCH, 1997, 72 p. Monografia (Curso de Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SOARES, A. M. de C. 2006. Territorialização e pobreza em Salvador. *Estudos Geográficos*. Rio Claro, 4, 2, 17-30, dez.

TANAKA, G. M. M. 2006. *Periferia: conceito, prática e discursos: práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade de São Paulo. São Paulo.